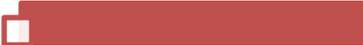


1. APRESENTAÇÃO DO POR LISBOA 2020

Título do Programa	Data de aprovação pela CE	Identificação e contactos da Autoridade de Gestão
  Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020	  Aprovação: 18-12-2014  1ª alteração: 24-10-2017  2ª alteração: 11-12-2017  3ª alteração: 05-12-2018  4ª alteração: 23-01-2020  5ª alteração: 09-09-2020	  Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020  Rua Alexandre Herculano, 37 – 1250-009 Lisboa  Telefone +351 213 837 100 Email: lisboa2020@ccdr-lvt.pt  Website: http://lisboa.portugal2020.pt/  Portal Portugal 2020: https://www.portugal2020.pt

1.1. Objetivos Estratégicos

A Região de Lisboa tem como principal ambição para o período 2014-2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento que tem vindo a seguir desde 1986, superando os atuais estrangulamentos sociais e económicos e aproveitando de forma mais inteligente, inclusiva e sustentável as potencialidades geradas pelo território e pelo seu capital humano, cultural e ambiental.

No contexto da elaboração do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, documento de suporte do POR Lisboa 2020, e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) foi reequacionado o posicionamento estratégico da Região. Concluiu-se que a “Estratégia Regional Lisboa 2020”, elaborada em 2007, mantém a sua validade como referencial geral, exigindo-se, contudo, até 2020:

uma maior focalização setorial, tendo em consideração a Estratégia de Especialização Inteligente

uma maior focalização territorial, definida pela Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial

uma nova focalização temática nos grandes desafios sociais e ambientais identificados ao nível europeu e com maior expressão na Região, expressos pela evolução recente dos indicadores socioeconómicos e das oportunidades surgidas no quadro da economia europeia e mundial

Assim, a Região de Lisboa escolheu orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Para informação mais detalhada consulte o *website* Lisboa 2020, em <https://portugal2020.pt/>.

1.2. Eixos Prioritários

EP1 | Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

EP2 | Reforçar a competitividade das PME

EP3 | Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

EP4 | Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

EP5 | Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

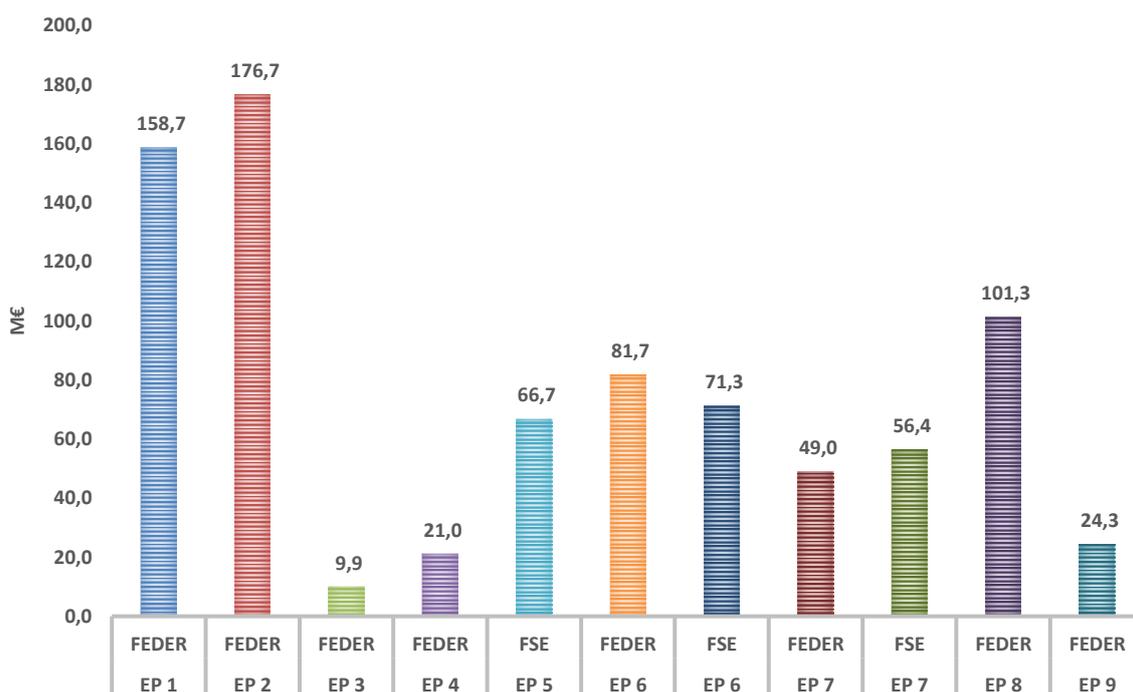
EP6 | Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

EP7 | Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida

EP8 | Desenvolvimento urbano sustentável

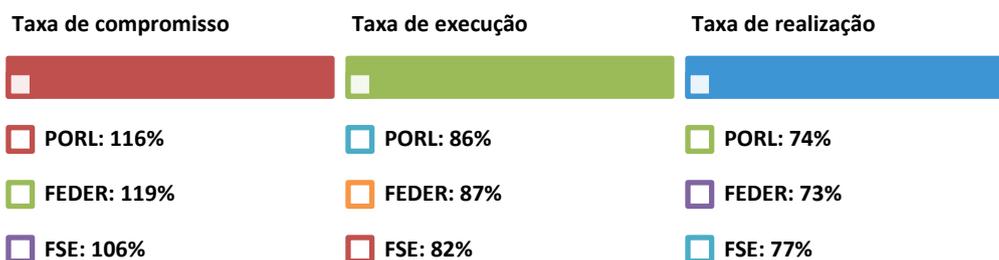
EP9 | Assistência Técnica

1.3. Dotação Global, por Fundo e Eixo Prioritário, em M€

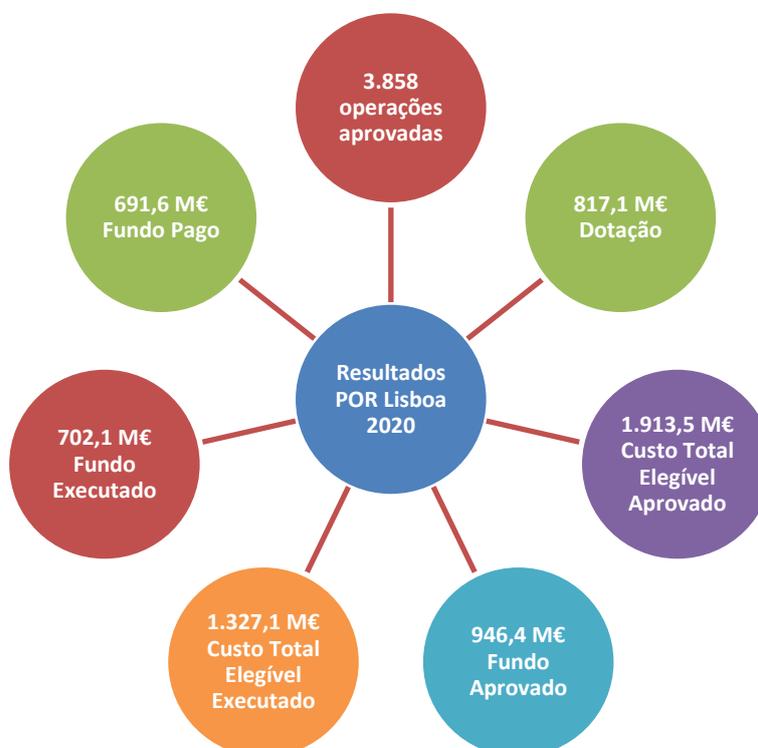


2. SÍNTESE DA EXECUÇÃO GLOBAL E POR FUNDO

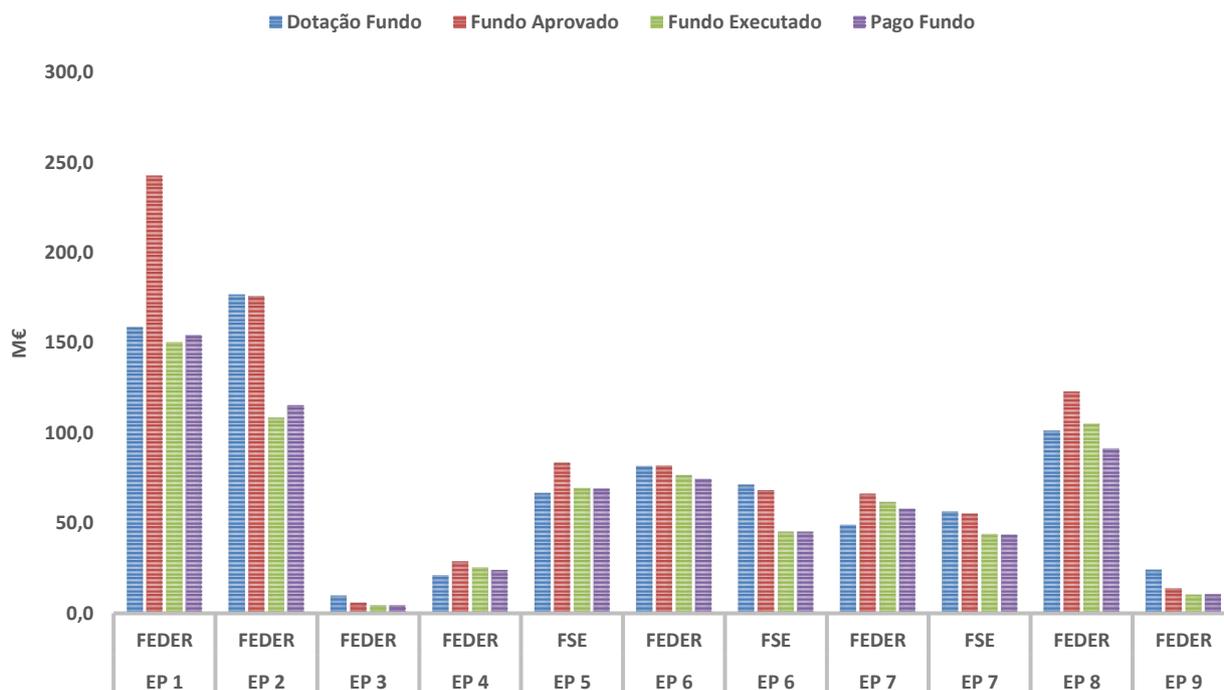
Fundo aprovado	Fundo executado	Fundo pago
<ul style="list-style-type: none"> • Total: 946,0 M€ • FEDER: 739,2 M€ • FSE: 206,7 M€ 	<ul style="list-style-type: none"> • Total: 702,1 M€ • FEDER: 543,2 M€ • FSE: 158,9 M€ 	<ul style="list-style-type: none"> • Total: 691,6 M€ • FEDER: 533,3 M€ • FSE: 158,2 M€



A síntese do Programa é a seguinte:



Por Eixo Prioritário e Fundo:



3. RESULTADOS ALCANÇADOS – APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE REALIZAÇÃO FACE ÀS METAS PROGRAMADAS PARA 2023

Execução de alguns Indicadores FEDER

Eixo Prioritário 1

- Infraestruturas de investigação apoiadas: 18 | Execução do Indicador: 67%
- Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções): 114.856.444€ | Execução do Indicador: 75%
- Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas: 214 | Execução do Indicador: 53%

Eixo Prioritário 2

- Número de empresas que recebem subvenções: 895 | Execução do Indicador: 115%
- Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções): 191.592.401€ | Execução do Indicador: 164%
- Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas: 1395 | Execução do Indicador: 108%

Eixo Prioritário 3

- Eficiência energética: N.º agregados familiares com consumo de energia melhorado: 258 | Execução do Indicador: 102%
- Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos: 1.769.432 kWh/ano | Execução do Indicador: 12%
- Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública: 2.463.052 kWh/ano | Execução do Indicador: 17%

Eixo Prioritário 4

- Turismo sustentável - Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio: 98.307 | Execução do Indicador: 48%

Eixo Prioritário 6

- Equipamentos sociais e de saúde apoiados: 64 | Execução do Indicador: 81%
- Saúde: População abrangida por serviços de saúde melhorados: 2.688.326 | Execução do Indicador: 100%
- Estratégias DLBC apoiadas: 12 | Execução do Indicador: 100%

Eixo Prioritário 7

- Acolhimento de crianças e educação - Capacidade das infraestr. de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas: 101.128 | Execução do Indicador: 363%

Eixo Prioritário 8

- Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas: 1.632 | Execução do Indicador: 175%
- Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono: 151 Km | Execução do Indicador: 103%
- PI 9.8 Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas: 453.966 m2 | Execução do Indicador: 126%
- PI 6.5 Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas: 420.092 m2 | Execução do Indicador: 175%

Execução de alguns Indicadores FSE

Eixo Prioritário 5

- Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação: 6.904 | Execução do Indicador: 84%
- Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas: 91 | Execução do Indicador: 99%
- Participações de desempregados em unidades de formação de curta duração: 20.584 | Execução do Indicador: 170%

Eixo Prioritário 6

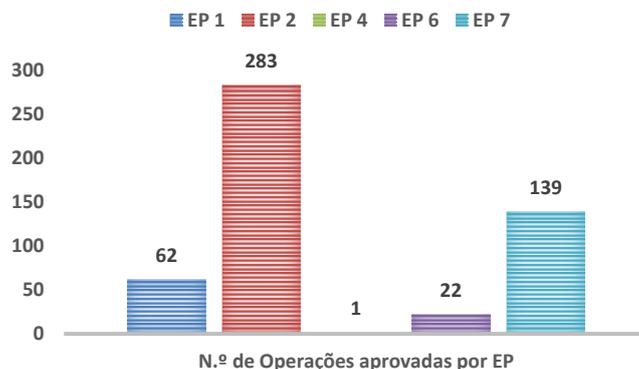
- N.º Projectos apoiados direccionados a populações / territórios vulneráveis: 152 | Execução do Indicador: 109%
- N.º Projetos de inovação e experimentação social apoiados: 68 | Execução do Indicador: 136%
- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego: 342 | Execução do Indicador: 259%

Eixo Prioritário 7

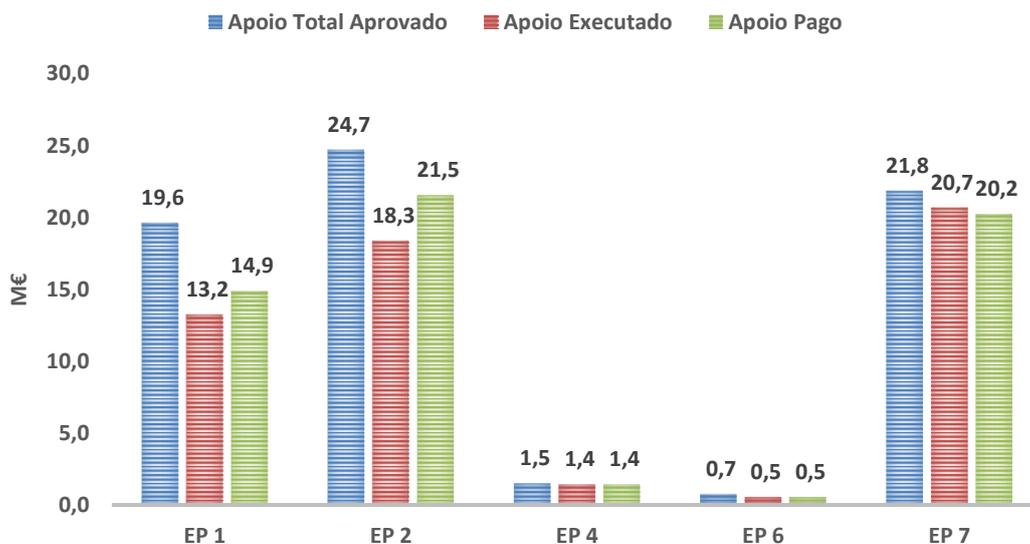
- N.º Jovens apoiados em cursos de nível , ISCED 4 (CET): 1.608 | Execução do Indicador: 120%
- N.º Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo: 38 | Execução do Indicador: 84%
- Pessoas inscritas nos Centros Qualifica: 82.806 | Execução do Indicador: 166%

4. APRESENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE COMBATE E/OU SUPERAÇÃO À PANDEMIA COVID-19, SUA RELEVÂNCIA E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E RESULTADOS

No contexto das medidas de combate à pandemia COVID-19, foram lançados 16 Avisos associados às Tipologia de Intervenção “Património natural e cultural” (EP4), “Infraestruturas de ensino básico e secundário” (EP7), “Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local) (EP6), “Programa “Testar com Ciência e Solidariedade” – COVID-19” (EP1), “Atividades de I&D empresarial, Qualificação e inovação das PME” e “Investimento empresarial em inovação de não PME” (EP1 e EP2). No âmbito destes avisos, foram aprovadas 507 operações distribuídas pelos seguintes eixos prioritários:



Quanto aos resultados já é possível apurar que as operações apresentam um grau de execução elevado, cerca de 79% do montante Fundo aprovado, de acordo com a seguinte distribuição:



Na Tipologia de Intervenção “Qualificação e inovação das PME”, destaque para o Aviso ADAPTAR PME do EP2 que alcançou um elevado n.º de operações aprovadas, 218 operações, a que foram atribuídos cerca de 2,2 M€ de incentivo FEDER. Na Tipologia de Intervenção “Inovação Produtiva”, nos EP 1 e EP2, destaque para o Aviso Inovação Produtiva COVID que registou uma vasta procura e onde foram aprovados 76 projetos e atribuídos cerca de 31,9 M€ de incentivo FEDER. Na Tipologia de Intervenção “I&D”, destaque para o Aviso de I&D COVID que registou um nível de resposta positivo, ao qual foram aprovados 50 projetos e atribuídos cerca de 9,9 M€ de incentivo FEDER.

Com um peso igualmente significativo, destaque para o EP7, com o Aviso “Remoção de Amianto nos Edifícios Escolares”, onde se encontram aprovadas 139 operações e um incentivo FEDER de 21,8 M€.

Quanto ao tipo de entidades beneficiárias, predominam as empresas, com cerca de 341 operações aprovadas, seguida das Autarquias Locais, com 139 operações aprovadas; 27 operações são relativas a outro tipo de entidades.

A síntese destas intervenções é a seguinte:



5. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA QUE CONDICIONARAM OS RESULTADOS E DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RESPECTIVA RESOLUÇÃO

O ano 2022, tal como aconteceu nos 2 anos anteriores, foi um ano ainda marcado pelos efeitos da pandemia resultante do COVID-19 e da Guerra na Ucrânia, afetando todo o funcionamento do Programa, com efeitos diferenciados nas operações do FEDER e do FSE.

Assim, no âmbito do FEDER, visando estimular a retoma económica, foi criado um instrumento de política pública de apoio direto ao investimento empresarial produtivo, tendo por objetivo estimular a produção nacional, com enfoque no setor industrial e no setor do turismo, entre outros setores relevantes para estimular a produção nacional e a redução da dependência face ao exterior, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados. Este instrumento traduziu-se no Programa Apoio à Produção Nacional - Base Local (PAPN), liderado, no caso do Lisboa 2020, pelos GAL – Grupo de Ação Local / DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Neste âmbito, foram publicados 11 avisos, abrangendo as áreas de intervenção dos GAL Costeiros, Rurais e Urbanos.

Foi também iniciada, com forte incremento, a execução das candidaturas de avisos já lançados no contexto das medidas de combate à pandemia, concretamente na tipologia *Património Natural e Cultural*, na tipologia *Remoção do Amianto* e nas várias tipologias do domínio Competitividade e Internacionalização, conforme já descrito no ponto 4.

Na área dos projetos públicos, vertente FEDER, muitas empresas na área de construção continuaram a revelar significativas dificuldades na implementação atempada das obras, confrontando-se com dificuldades ao nível do fornecimento e custo dos materiais, bem como a existência de concursos desertos em vários procedimentos contratuais lançados pelos municípios. Esta situação foi agravada no ano de 2022 pelo aumento dos custos das matérias-primas e indisponibilidade do fornecimento de materiais e equipamentos.

Estas situações conduziram a uma forte pressão no aumento da taxa de execução do Programa. Para colmatar este problema, foram operacionalizadas as medidas de flexibilização permitidas pela Comissão Europeia nos anos de 2020 e 2021. Neste âmbito, foram executadas muitas operações cujos avisos, do ano 2020, tiveram a taxa de cofinanciamento de 100%, concretamente nas áreas da programação cultural em rede (setor muito afetado pela pandemia) e da remoção do amianto nos equipamentos escolares. Foi ainda dada continuidade à aplicação da Deliberação da CIC 34/2020 e da deliberação CEPT que preveem o aumento das taxas de cofinanciamento das despesas submetidas em pedidos de pagamento nos exercícios contabilísticos de 2020 e 2021.

Na área da eficiência energética, em 2022 houve novas desistências / rescisões de operações, quer pelo complexo processo de aprovação das candidaturas, quer pelo contexto pandémico, o que ditou que as entidades beneficiárias efetuassem escolhas ao nível das prioridades, não tendo avançado com a concretização de algumas candidaturas aprovadas nesta tipologia.

No que se refere à vertente FSE, o impacto da pandemia continuou a refletir-se de uma forma acentuada na execução das operações ao longo do ano de 2022. Foram mantidas as medidas de mitigação de impactos, ao nível de

regulamentação do FSE, para permitir o ajustamento de cronogramas e metodologias de execução, sendo a mais marcante o uso da formação não presencial.

O ajustamento do Programa aos impactos decorrentes do contexto pandémico e da invasão da Ucrânia conduzirão, no ano 2023, à apresentação de um processo de reprogramação junto da Comissão Europeia.

De salientar ainda que em 2022, de modo a assegurar a boa execução do Programa, deu-se continuidade às reuniões de acompanhamento e monitorização com os diversos Organismos Intermédios.



#naoparamos

#Lisboa2020

ALGUNS EXEMPLOS DE OPERAÇÕES COFINANCIADAS PELO FEDER E FSE

